

EDITORIAL

Editorial

Cristiane Reis

A **Revista J2** é um **Jornal Jurídico** semestral que apresenta à comunidade científica, importantes artigos, pesquisas e reflexões dentro da área jurídica da comunidade de língua portuguesa, primando pela multi e transdisciplinariedade, que já lhe é uma marca característica.

Nesta quinta edição apresentamos cinco novos artigos, de diferentes temáticas. O primeiro é de autoria de Cícero Renato Pereira Albuquerque, Olívia Costa Lima Ricarte & Fabrizio Bon Vecchio, intitulado Audiência de Custódia: Comparativos Iniciais entre os Países da América Latina e a Internalização do Instituto no Brasil. Neste artigo, os autores trazem uma importante reflexão sobre a audiência de custódia e sua importância, fazendo uma análise do instituto em questão no âmbito brasileiro em contraste com as normas internacionais aos quais o Brasil é signatário, de modo a verificar se há ou não um alinhamento entre ambos.

O segundo artigo é de autoria de Francis Rafael Beck, intitulado “A Aplicação da Cegueira Deliberada no Direito Penal e a Indevida Utilização como Equiparação ou Reforço ao Dolo Eventual”. Este artigo analisa a interpretação que tem sido dada à cegueira deliberada em matéria penal, perspassando, para tanto, pelas decisões dos tribunais superiores brasileiros, que apresentam discussão semelhante àquela que ocorre em outros países (como Portugal e Espanha) acerca da sua relação com o dolo eventual. Pretende apresentar, ainda, uma análise da definição, amparo normativo e casos paradigmáticos de aplicação da cegueira deliberada no direito estadunidense, examinando-a a partir do viés da sua incidência em julgados de países com tradição de civil law, justamente para contrapor e comparar os

debates que surgem, sobretudo, pela diferença de sistemas que o *common law* e o *civil law* possuem.

Já o terceiro artigo deste volume apresenta-nos uma discussão acerca “Da proibição da tortura: as normas cogentes do direito internacional”, de autoria de Antônio Ivanir Gonçalves de Azevedo. Este ensaio versa sobre a imposição de normas cogentes acerca de certos assuntos e fatos típicos, considerados como lesa-humanidade, como é o caso da tortura, genocídio e tráfico de pessoas, centrando-se o texto sobre o primeiro tema.

O próximo texto, de autoria de Ana Roso, trata de “Os princípios da eficiência e da eficácia na Administração Pública” que vem nos informar que ambos os princípios não encontram base constitucional, mas encontra-se no Novo Código de Procedimento Administrativo, adquirindo o status de “princípio da boa administração”. Desta feita, intenta o artigo em questão análise da evolução dos princípios da eficiência e da eficácia no seio da Administração Pública.

O último artigo desta primorosa edição, de autoria de Fabrizio Bon Vecchio e de Leandro Vilela Cezimbra, é intitulado por *Ethics and Compliance: The Role of the Lawyer and Contingency*, e apresenta os conceitos éticos do Compliance e o papel do advogado nos desafios que se colocam à geração de informações financeiras por meio dos relatórios de contingência. A importância deste artigo dá-se não só pela sua atualidade, bem como pela falta de pesquisa neste âmbito, desde os bancos escolares das faculdades de direito, especificamente que se baseiem na relevância dos relatórios financeiros das empresas, o que pode vir a gerar perdas financeiras às empresas.

Assim, é com muito orgulho que apresentamos esta edição aos nossos leais leitores, agradecendo, desde já a sua constante presença, bem como aos novos leitores, convidando-os também a conhecer as edições anteriores.

Aos nossos autores e a toda equipa editorial, o nosso enorme agradecimento e reconhecimento pela contribuição e trabalho.

Boa leitura!